

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****147ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 374/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 52016.000075/2025-81****Requerente: 100762****Órgão: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços****RESUMO DO PEDIDO**

Requerente solicitou informações referentes a expedição de licenças de importação, realizadas a partir de novembro de 2024, para medicamentos que apresentem como princípio ativo o IFA "Velpatasvir", consistentes nas seguintes informações: ☐

- (a) o número da licença de importação; ☐
- (b) o número de inscrição de cada empresa brasileira importadora no CNPJ; ☐
- (c) a respectiva quantidade exata de produto importado por cada empresa brasileira importadora; ☐
- (d) a data (dia/mês/ano) da importação do IFA Velpatasvir pelas referidas empresas brasileiras importadoras; ☐
- (e) a empresa estrangeira que forneceu o IFA Velpatasvir para a empresa brasileira importadora; e
- (f) o país de origem da empresa estrangeira que forneceu o IFA Velpastavir para a empresa brasileira importadora.

**RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO**

O MDIC comunicou que a maioria dos dados está protegida por sigilo, fundamentado pelo Código Tributário Nacional, arts. 198 e 199; na Lei 12.527/2011, arts. 4º, IV, 6, III e 31; e no Decreto nº 7.724/2012, arts. 5º, §2º e 6º, I. Destacou que, o requerente não especificou quais medicamentos poderiam conter o princípio ativo mencionado, bem como não foram fornecidas informações sobre o código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) (ou códigos) que permitisse a classificação dos medicamentos solicitados, o que dificulta qualquer busca pelos medicamentos que contêm o princípio ativo em questão. Visto que não foram informados quais seriam os medicamentos a serem consultados. Além disso, ponderou que não há determinação legal ou regulamentar que obrigue os importadores de medicamentos a informar o princípio ativo na descrição detalhada do produto, no pedido de LI registrado no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Assim, entendeu que o pedido de informação formulado é muito genérico, o que impossibilita a extração de qualquer dado. Diante disso, sugeriu que o peticionário deve restringir e elencar quais códigos da NCM de medicamentos, passíveis de conter o princípio ativo, devem ser considerados, para que as buscas no Siscomex possam ser, ao menos, executadas de forma adequada. Desta forma, concluiu que, considerando o conteúdo do pedido de informação postulado, há uma inviabilidade técnico-operacional que impossibilita o atendimento da solicitação requerida, dada a generalidade do pedido, com fundamento no art. 13, incisos I e II, do Decreto nº 7.724/2012.

**RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O Requerente apresentou extenso arrazoado, em síntese, ponderando que a importação e exportação, bem

como qualquer outra forma de exploração comercial do IFA Velpatasvir está vedada para terceiros sem a devida autorização da Gilead, tendo em vista o direito patentário protegido. Alegou que a empresa é detentora da patente BR 112016028773-8, que protege o método de preparação do IFA Velpatasvir, cujo prazo de proteção expirar-se-á apenas em 08/06/2035. Logo, considerou que como titular da patente do princípio ativo, que o sigilo fiscal previsto no art. 198 do CTN não deve ser aplicado de forma a inviabilizar o exercício dos direitos conferidos àqueles que possuem patentes, especialmente em um contexto de concorrência desleal que possa comprometer a exploração comercial do invento. Relatou que, de acordo com o artigo 42 da LPI, o titular da patente tem o direito de impedir que terceiros utilizem comercialmente sua invenção, o que inclui a fabricação, uso, oferta para venda, importação e exportação do produto protegido. No mesmo sentido, ponderou que o artigo 44 da LPI destaca que qualquer atividade relacionada à exploração comercial da invenção, realizada sem autorização do titular, é considerada uma infração aos direitos patentários. Citou ainda a Lei de Propriedade Industrial como forma de ratificar o seu direito aos dados solicitados e esclarece que o presente pedido de acesso à informação não visa obter dados estratégicos ou confidenciais das empresas, mas sim, assegurar que os direitos patentários de proteção não estejam sendo violados. Adicionalmente explica que o (a) requerente possui pleno conhecimento e controle sobre todas as informações necessárias para a exploração da molécula em questão e que, portanto, não há dados sigilosos ou estratégicos que o(a) requerente possa acessar que já não sejam de seu domínio. Enfatizou que mesmo que a informação solicitada esteja inerente à atividade comercial do titular e/ou importador, ela pode ser fornecida com a devida tarja de proteção, desde que não prejudique a disponibilização da informação, conforme o art. 7º, § 2º da LAI.

### **RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O Recorrido ratificou a negativa conforme a resposta inicial, ademais destacou que o pedido de informação é genérico, pois não especifica o medicamento ou os medicamentos nos quais o princípio ativo poderia ser encontrado, nem faz referência a qualquer código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que pudesse restringir a busca por esses medicamentos. Na prática, isso demandaria a revisão de todas as licenças de importação emitidas no país e a verificação individual de cada uma delas para identificar menções ao princípio ativo "Velpatasvir".

### **RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O Requerente reiterou os argumentos do recurso de 1ª instância.

### **RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O MDIC ratificou a negativa conforme a resposta inicial, ademais destacou que a Secex não dispõe da informação solicitada na forma requisitada pelo peticionário. Em razão disso, para atender à demanda, seria necessário realizar um exercício de inferência a partir dos dados brutos das importações brasileiras no período, algo tecnicamente inviável, visto que não há equipe com qualificação adequada para esse tipo de avaliação, ou seja, para verificar se a descrição no pedido de licença de importação do medicamento é compatível com o princípio ativo solicitado pela empresa requerente. Além disso, esse trabalho demandaria uma análise individual de cada pedido de LI registrado no Siscomex, algo inexecutável de imediato, considerando o total de licenciamentos registrados a cada mês. Adicionalmente, ponderou que, não há garantia de que o pedido de LI de medicamento contenha as informações mínimas necessárias para a realização de uma possível inferência, isso em razão da não obrigatoriedade de o importador mencionar explicitamente no pedido de LI de medicamentos o princípio ativo. Ou seja, mesmo que cada pedido de LI fosse analisado individualmente, não haveria garantia de que a informação almejada poderia ser extraída.

### **RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

O Requerente reiterou os mesmos termos dos recursos anteriores, bem como acrescentou que a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) reconhece o direito de os detentores de direitos de propriedade industrial obterem informações perante os órgãos competentes sobre importações dos produtos protegidos por suas patentes, nesse contexto, citou aos Mandados de Segurança nº 1049163-14.2021.4.01.3400, 1010709-57.2024.4.01.3400, 1080560- 91.2021.4.01.3400 e 081551-33.2022.4.01.3400. Por fim, acerca da suposta inviabilidade da busca da informação requerida, entendeu a não obrigatoriedade de identificação do princípio ativo nas importações realizadas por pessoas físicas. No entanto, a decisão de identificar ou não o princípio ativo é uma faculdade do importador e, na hipótese de a pessoa física ter optado por fornecer tal informação, esta deve ser fornecida à Gilead pela SECEX, considerando todos os

argumentos expostos acima.□

## **ANÁLISE DA CGU**

A CGU destacou que informações relativas aos importadores de produtos do comércio exterior são protegidas por sigilo fiscal, conforme previsto no art. 198 da Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional - CTN. Prosseguiu relatando que o assunto já foi objeto de análise pela Controladoria-Geral da União - CGU e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI em diversos precedentes, dentre os quais NUPs 21210.010750/2023-99 (CGU e CMRI), 03005.289270/2022-11 e 18800.292656/2024-74. Sobre estes processos pontuou que foi verificada a impossibilidade de fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal, tais como nome e CNPJ de empresas nacionais. Frisou que, o pedido em análise é idêntico ao solicitado no precedente nº 18800.292656/2024-74, o qual teve sua análise concluída em 24/03/2025, com decisão proferida no Parecer nº 353/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU. Naquela análise, verificou-se a impossibilidade de fornecimento das informações pleiteadas na inicial nos termos solicitados, mas que seria possível a disponibilização de demonstrativos consolidados que não identificassem as empresas. Assim, o recurso foi provido parcialmente, para que o Ministério da Fazenda disponibilize ao requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão, extrato consolidado das licenças de importação, contendo data de importação, quantidade importada e país de origem da empresa fornecedora, de medicamentos que possuam a substância ativa "Velpastavir". O Ministério da Fazenda protocolou resposta da RFB na aba "Cumprimento de Decisão" na Plataforma Fala.BR no dia 23/04/2025, com a Nota Diimp/Copad/Coana/Suana/RFB nº 26, de 14/04/2025. Quanto à decisão judicial citada pelo requerente, esclareceu que o entendimento exarado pelo TRF-1 não vincula a Administração Pública, sendo prerrogativa do Poder Judiciário avaliar a pertinência do pleito e determinar, se for o caso, a liberação das informações em observância ao devido processo legal. Assim, orientou que, caso o requerente entenda ser essencial obter os dados solicitados integralmente, que o faça por meio de pedido judicial específico para essa finalidade. Por fim, registrou que diferentes representantes da empresa têm apresentado, de forma recorrente, pedidos de acesso à informação com o objetivo de obter dados atualizados sobre as importações, inclusive junto a outros órgãos além do Ministério da Fazenda, como o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC. Diante disso, orientou que os representantes da empresa unifiquem suas solicitações em um pedido direcionado para apenas um órgão, com vistas à economicidade processual.

## **DECISÃO DA CGU**

A CGU decidiu:

a) pela perda parcial do objeto do presente recurso, tendo em vista a disponibilização ao requerente das informações solicitadas nos itens "a", "c", "d" e "f" do pedido, podendo a CGU declarar extinta essa parte do processo, pois foi exaurida a sua finalidade e o objeto da decisão se tornou inútil ou prejudicado por fato superveniente, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

b) pelo conhecimento do recurso quanto aos itens "b" e "e" do pedido e, no mérito, pelo seu indeferimento, com fundamento no art. 22 da Lei nº 12.527/2011, com vistas a garantir o sigilo fiscal previsto nos arts. 198 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).□

## **RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)**

O Requerente reiterou os itens "b" e "e" do pedido apresentando os mesmos argumentos das instâncias prévias.

## **ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Recurso conhecido

### **ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade cabimento e regularidade formal.

### **ANÁLISE DE MÉRITO DA CMRI**

Observa-se que o recorrente reitera o pedido quanto aos itens "b" e "e", os quais foram negados com base no sigilo fiscal previsto nos arts. 198 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), nesse contexto, importa destacar os esclarecimentos prestados pelo MF no pedido de acesso nº 18800.292656/2024-74, que

requer exatamente os mesmos dados, logo, o fundamento para a negativa é o mesmo:

(...) assevera-se que o compartilhamento ou disponibilização de informações do comércio exterior, detalhadas ao nível de CNPJ, deve observar o constante nos incisos I a III do Art. 2º da Portaria RFB nº 2.344, de 24 de março de 2011: “Art. 2º São protegidas por sigilo fiscal as informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, obtidas em razão do ofício para fins de arrecadação e fiscalização de tributos, inclusive aduaneiros, tais como: I - as relativas a rendas, rendimentos, patrimônio, débitos, créditos, dívidas e movimentação financeira ou patrimonial; II - as que revelem negócios, contratos, relacionamentos comerciais, fornecedores, clientes e volumes ou valores de compra e venda; III - as relativas a projetos, processos industriais, fórmulas, composição e fatores de produção.”□

6. Além disso, nos termos do Parecer PGFN/CAT nº 280/2011, sobre as informações obtidas em registros aduaneiros, fica evidenciado que “a finalidade do contribuinte ao prestar essas informações é a definição do quantum devido sobre os negócios realizados, ou seja, a apuração de tributos”, concluindo que “tais informações possuem natureza tributária e, em princípio, estão amparadas pelo sigilo”.

7. Em outra oportunidade, na forma do Parecer CONJUR-MDIC/CGU/AGU nº 082/2018, sugeriu-se parâmetros de atenção para tratamento de sigilo relacionado aos dados de comércio exterior, explicitando em seu primeiro parâmetro que é recomendável “**divulgar as informações de maneira consolidada.**” ou seja, “**justamente um formato que não possibilite a outrem a ciência da circunstância econômico-financeira-negocial individualizada dos importadores/exportadores.**”.

8. Assim, ressaltamos que o nível de detalhamento solicitado é passível de obtenção por meio de requerimento judicial dos dados, porém, administrativamente, **reiteramos ser possível apenas a divulgação consolidada de quantitativos**, o que não parece atender às necessidades do consulente.“

(Grifo nosso)

Sendo assim, apesar da irrisignação do recorrente, pondera-se que as informações pleiteadas nos itens “b” e “e”, ou seja, o número de inscrição de cada empresa brasileira importadora no CNPJ, e a empresa estrangeira que forneceu o IFA Velpatasvir para a empresa brasileira importadora, estão resguardadas pelo sigilo fiscal, de acordo com Art. 198 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional):

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001).

Nesse sentido,□ não se pode olvidar que, tais informações necessitam ficar restritas, pois uma vez estando em acesso de terceiros, poderá haver maculação de dados particulares, bem como relevantes aos seus negócios.□ Nesse contexto, importa citar o precedente CMRI, Decisão CMRI nº 289/2024/CMRI/CC/PR, que indeferiu recurso que solicitava informações similares referentes a empresas importadoras de fertilizantes. Dessa forma, o art. 22 da Lei nº 12.527/2012, bem como o art. 6º do Decreto nº 7.724/2012, foram expressos em resguardar do direito de acesso à informação as hipóteses de sigilo previstas na legislação, como o ora avaliado, o sigilo fiscal. Logo, com base nos termos discorridos, coaduna-se com a negativa de acesso apresentada pelo recorrido, de forma que esta parte do recurso deve ser indeferida.

## **MÉRITO DO RECURSO**

Indeferido

art. 22 da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 198 da Lei nº 5.172/1966

## **DECISÃO DA CMRI**

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 147ª Reunião Ordinária, por unanimidade decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo indeferimento, com fundamento no art. 22 da Lei nº 12.527/2011, c/c Art. 198 da Lei nº 5.172/1966, tendo em vista que os dados estão gravados por sigilo fiscal.





Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/08/2025, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 26/08/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 05/09/2025, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6925859** e o código CRC **21484F03** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

